

# “Não queremos ser americanizados”

Flávio Limonic\*

CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado*. Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

**Palavras-chave:** Sindicalismo; Brasil e Estados Unidos; ditadura militar.

**Keywords:** Trade unionism; Brazil and EUA; dictatorship.

No ambiente de radicalização do debate público brasileiro que vem ocorrendo desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, em maio de 2016, o regime civil-militar instaurado em 1964 tem sido reivindicado por segmentos importantes, e talvez crescentes, da sociedade. Na nova memória social que em torno dele se constrói, o governo dos generais surge como um tempo de ordem, progresso, segurança e valores morais em contraposição ao desarranjo político, à estagnação econômica, ao crescimento da criminalidade e à crise dos valores da família e da religião. A conjuntura política exige, portanto, uma compreensão mais profunda do regime inaugurado com a derrubada de João Goulart. Para tal, o livro de Larissa Rosa Corrêa, *Disseram que voltei americanizado. Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*, fruto de sua tese de doutorado em História defendida na Universidade Estadual de Campinas, em 2013, constitui contribuição fundamental. Mas a obra de Larissa não se resume à sua evidente relevância política. A partir de uma pesquisa de fontes inédita na amplitude e variedade – relatórios, cartas, entrevistas, imprensa etc., tanto brasileiros quanto norte-americanos – a autora discute a ação da central sindical norte-americana *American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) no Brasil dos anos 1960 e 1970. Como resultado, do ponto de vista estritamente historiográfico, o livro representa uma das mais criativas e instigantes reflexões acerca do regime civil-militar de 1964 e do sistema brasileiro de regulação do trabalho.

Não há novidade no fato apontado pela autora de que a AFL-CIO atuou com o apoio da CIA para combater o comunismo no seio do movimento sindical brasileiro. Novidade há, e muita, na análise minuciosa que Larissa Rosa Corrêa realiza a respeito da atuação do Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil), ligado à AFL-CIO, no Brasil. Por meio de intercâmbios, viagens aos Estados Unidos, bolsas de estudo, publicações e cursos, a AFL-CIO buscou, em vão, contribuir para a substituição da estrutura sindical corporativa brasileira por um modelo contratualista de relações de trabalho, o assim chamado sindicalismo livre e democrático.

Nas razões apontadas pela autora para explicar o “em vão” reside, justamente, uma das principais riquezas do livro.

\* Departamento de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Profunda conhecedora tanto da historiografia do trabalho no Brasil quanto da do regime civil-militar de 1964 e dos debates teóricos acerca da regulação do trabalho, Larissa Rosa Corrêa mostra como os diferentes projetos aninhados no regime – do economicamente liberal de Castelo Branco ao desenvolvimentista de Costa e Silva, Médici e Geisel – lidaram de maneiras diversas com a ação do ladesil. Da mesma forma, os sindicalistas brasileiros abordaram de distintas formas a mensagem do sindicalismo “livre e democrático”. Como resultado, se por um lado o regime civil-militar promulgou Atos Institucionais com vistas à substituição do ordenamento liberal-democrático de 1946, por outro manteve quase inalterado o legado varguista no sistema de regulação das relações de trabalho, limitando-se a introduzir o fim da estabilidade no emprego e o FGTS. Para a autora, a estrutura corporativa, ao permitir tanto negociações coletivas como a intervenção do Estado na vida sindical e na formação dos salários, revelou-se plástica o suficiente para coexistir com regimes políticos autoritários – não só o varguista, mas também o de 1964 – e liberal-democráticos, como os de 1946 e 1988. Não menos importante, a autora aponta que a estrutura corporativa era percebida por importantes segmentos do movimento sindical brasileiro como uma moldura legal que lhes garantia uma série de direitos e proteções, estando profundamente arraigada na cultura do mundo do trabalho no Brasil. Portanto, o regime civil-militar manteve funcionando os contornos gerais de tal estrutura, ainda que utilizando-a como instrumento do arrocho salarial. Em tal cenário, a pregação da AFL-CIO não tinha como encontrar terreno fértil. Indicativo de tal fato é que se o sindicalismo do ABC paulista fazia duras críticas à estrutura corporativa na conjuntura dos anos 1970 com um vocabulário próximo ao contratualismo da AFL-CIO, anos depois passaria a ser defensor da CLT.

O contratualismo da AFL-CIO, contudo, poderia ter sido alvo de análise um pouco mais detida por parte da autora. Assim como o corporativismo brasileiro resultou não tanto da ação demiúrgica de um Estado autoritário do que de um complexo processo social e político que acabou por atribuir centralidade à burocracia estatal, o contratualismo privado norte-americano não resultou do conservadorismo intrínseco dos trabalhadores norte-americanos. Pelo contrário, foi construído ao longo de décadas de acirrada luta sindical não só contra os patrões, mas também contra o Estado norte-americano. A AFL-CIO surgiu em 1955, como resultado da união de duas centrais sindicais, a AFL e o CIO. A primeira, fundada em 1886, é usualmente tida como a mais perfeita tradução do conservadorismo e do contratualismo do sindicalismo norte-americano. No entanto, a AFL nasceu fazendo a crítica das relações de trabalho assalariadas e seu contratualismo anti-estatal foi se constituindo como uma reação à ação do Poder Judiciário. De fato, desde 1806, primeiro através da doutrina da conspiração, e a partir de 1877, com *labor injunctions*, os tribunais sistematicamente desarticularam os esforços associativos dos trabalhadores norte-americanos. Já o CIO, fundado em 1935 como uma dissidência da AFL, dela discordava não apenas em função do perfil sindical – se profissional, como queria a AFL, se industrial, defendida pelo CIO – como também em razão de sua defesa do papel ativo do Estado na regulação dos mercados, inclusive o de trabalho. Por conta de seu contratualismo anti-estatal, a AFL foi uma dura crítica do New Deal de Franklin D. Roosevelt – cujas agências administrativas tinham características próximas ao corporativismo – ao passo que o CIO forneceu uma forte base de apoio político a Roosevelt. A união entre AFL e CIO, em 1955, não obscureceu completamente tais clivagens, e muito embora a AFL-CIO tenha se tornado de fato crescentemente conservadora sob a liderança

de George Meany (que chegou a afirmar que suas posições não eram muito diferentes das da *National Association of Manufacturers*), lideranças como Walther Reuther, oriundas do CIO, continuaram a defender concepções de regulação do mercado de natureza mais próxima à social-democracia europeia até a década de 1960. Tais clivagens no seio da AFL-CIO não são aprofundadas por Larissa Rosa Corrêa, que centra sua análise justamente na atuação da liderança de Meany.

Tal questão não compromete, em absoluto, a qualidade do trabalho, que, afinal, está mais preocupado com o Brasil do que com os Estados Unidos. E, no que se refere ao Brasil, Larissa analisa em profundidade algumas das principais discussões e atores do cenário sindical brasileiro e do regime civil-militar das décadas de 1960 e 1970, como os projetos de Evaristo de Moraes Filho e Arnaldo Sussekind para a reforma das relações de trabalho e as surpreendentes posições de Jarbas Passarinho sobre as relações entre trabalhadores e patrões, baseadas no solidarismo cristão. Particularmente saborosas são as passagens nas quais a autora narra as críticas de sindicalistas norte-americanos ao autoritarismo do regime civil-militar brasileiro e as viagens de sindicalistas brasileiros aos Estados Unidos. Quando Arthur Martins Filho, da Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio do Rio de Janeiro, vê neve pela primeira vez em Nova York, não há como não lembrar da cena de *Bye Bye Brasil* em que Lorde Cigano (interpretado por José Wilker), ao fazer nevar, afirma estar realizando o sonho de todos os brasileiros.

Em suma, *Disseram que voltei americanizado* constitui obra indispensável para o aprofundamento da reflexão não apenas da resiliência do sistema corporativo brasileiro, como também do regime civil-militar de 1964. Não menos importante, constitui também contribuição fundamental para a discussão da conjuntura ora vivida no Brasil, em que a CLT é posta em xeque em nome da primazia do contratado sobre o legislado. Talvez seja o caso de fazer hoje o que fizeram os trabalhadores brasileiros nos anos 1960 e 1970 analisados por Larissa e dizer, em alto e bom som, que não queremos ser americanizados.

Recebido em 01/11/2017

Aprovado em 02/11/2017

